



Ao

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP

Ref.: Pregão Eletrônico 90013/2024

Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

Prezados Senhores,

Com fundamento no item 13 do instrumento convocatório, e considerando o item 4.2 do ETP, o qual informa que o serviço será prestado observado a Convenção Coletiva de Trabalho, fazemos os seguintes pedidos de esclarecimentos:

1 – No Termo de Referência, Tabela III (Complemento de Uniforme – Equipamentos) consta que cada posto deverá ter 01 rádio comunicador profissional até 56km, nos termos da Portaria 3.233/2012– DG/DPF.

PERGUNTA-SE: Será necessário apresentação de autorização da ANATEL, para uso de rádio frequência, conforme Resolução ANATEL/CD nº 617/2013.

2 – No Termo de Referência, Tabela IV (Veículo para ronda motorizada) consta que o posto deverá ter uma motocicleta, conforme características constantes na pág. 16 do TR.

PERGUNTA-SE: Qual o tempo máximo de uso, aceitável, da motocicleta? Visto que caso seja exigido uma motocicleta zero Km, poderá trazer restrição à competitividade.

3 - No Anexo IV, a planilha analítica de custos para em todos os Postos NÃO consta a verba para o Dia Nacional do Vigilante.

PERGUNTA-SE: Haverá a inserção dessa verba em atendimento às normas determinadas pela CCT? Visto que a inserção dessa verba altera o valor estimado pela Administração. Vejam os que diz a Convenção Coletiva de Trabalho (cópia anexa):

CCT AP 038/2023

CLÁUSULA NONA - DIA NACIONAL DO VIGILANTE

O trabalho no dia nacional do vigilante, dia 20 de junho, quando trabalhado, **será remunerado com valor de 1/30 do piso salarial**, desde que não tenham faltas injustificadas, suspensões disciplinares e ou advertências escritas, no período de seis meses antecedentes a data do dia 20 de junho.



4 - No Anexo IV, a planilha analítica de custos para em todos os Postos NÃO consta a verba para seguro de vida.

PERGUNTA-SE: Haverá a inserção dessa verba em atendimento às normas determinadas pela CCT? No caso positivo, será exigido comprovação, mediante apresentação de cópia da apólice coletiva de seguro? Vejamos o que diz a Convenção Coletiva de Trabalho (cópia anexa):

CCT AP 038/2023

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - SEGUROS

As empresas custearão, para todos os integrantes da categoria profissional, seguro de vida, nos termos da lei 7.102/83 e da RESOLUÇÃO 005/84 do CNSP.

Parágrafo primeiro – Em caso de sinistro que resulte em óbito do empregado e constatada a inexistência de seguro de vida mantido pelo empregador, este deverá pagar aos herdeiros legais, no prazo de até 30 dias do óbito, em dinheiro, a quantia equivalente ao dobro do valor da cobertura prevista na RESOLUÇÃO 005/84 do CNSP.

5 – No Anexo IV, a planilha analítica de custos para o POSTO DIURNO ARMADO, no submódulo 4.2 (Substituto na Intrajornada), item A (Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação) consta o valor de R\$ 178,91, porém a **CCT determina o valor R\$ 264,66. (tabela anexa)**

PERGUNTA-SE: Haverá a correção do valor em atendimento às normas determinadas pela CCT? Visto que essa diferença altera significativamente o valor estimado pela Administração, assim como, ao utilizar do valor R\$ 178,91, será gerado um passivo trabalhista na futura rescisão do contrato de trabalho, levando a Administração responder solidariamente. Vejamos o que diz a Convenção Coletiva de Trabalho (cópia anexa):

CCT AP 038/2023

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DA HORA INTRAJORNADA

O pagamento da hora intervalar será efetivado de acordo com o que preceitua o art. 71 § 4º da CLT, com reflexos sobre férias, 13º salário, descanso semanal remunerado - DSR, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e adicional noturno.

CLT

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 4º A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)



6 - No Anexo IV, a planilha analítica de custos para o POSTO NOTURNO ARMADO, no Módulo 1 (Remuneração), item E (Adicional de Hora Noturna Reduzida) consta o valor de R\$ 178,91, porém a **CCT determina o valor R\$ 317,57. (tabela anexa)**

PERGUNTA-SE: Haverá a correção do valor em atendimento às normas determinadas pela CCT? Visto que essa diferença altera significativamente o valor estimado pela Administração, assim como, ao utilizar do valor R\$ 178,91, será gerado um passivo trabalhista na futura rescisão do contrato de trabalho, levando a Administração responder solidariamente. Vejamos o que diz a Convenção Coletiva de Trabalho (cópia anexa):

CCT AP 038/2023

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SERVIÇO NOTURNO

Considerando o artigo 73 da CLT, exclusivamente para o trabalho realizado no período noturno, entre as 22h00m de um dia e as 05h00m do dia seguinte, mesmo em jornadas de horário misto, a hora trabalhada nesse intervalo será computada como de 52 (cinquenta dois) minutos e 30 (trinta) segundos e sujeitas ao pagamento do adicional noturno. Para todos os efeitos legais, para cada hora (60 minutos) noturna trabalhada a partir das 22h00m até às 05h00, **será computado como hora noturna reduzida, conseqüentemente, será devido o pagamento de hora extra ou fração.**

7 - No Anexo IV, a planilha analítica de custos para o POSTO NOTURNO ARMADO, no submódulo 4.2 (Substituto na Intrajornada), item A (Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação) consta o valor de R\$ 216,11, porém a **CCT determina o valor R\$ 317,57. (tabela anexa)**

PERGUNTA-SE: Haverá a correção do valor em atendimento às normas determinadas pela CCT? Visto que essa diferença altera significativamente o valor estimado pela Administração, assim como, ao utilizar do valor R\$ 216,11, será gerado um passivo trabalhista na futura rescisão do contrato de trabalho, levando a Administração responder solidariamente. Vejamos o que diz a Convenção Coletiva de Trabalho (cópia anexa):

CCT AP 038/2023

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DA HORA INTRAJORNADA

O pagamento da hora intervalar será efetivado de acordo com o que preceitua o art. 71 § 4º da CLT, com reflexos sobre férias, 13º salário, descanso semanal remunerado - DSR, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e adicional noturno.

CLT

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.



§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

8 – No Anexo IV, a planilha analítica de custos para o POSTO DIURNO ARMADO MOTORIZADO, no submódulo 4.2 (Substituto na Intrajornada), item A (Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação) consta o valor de R\$ 178,91, porém a **CCT determina o valor R\$ 264,66. (tabela anexa)**

PERGUNTA-SE: Haverá a correção do valor em atendimento às normas determinadas pela CCT? Visto que essa diferença altera significativamente o valor estimado pela Administração, assim como, ao utilizar do valor R\$ 178,91, será gerado um passivo trabalhista na futura rescisão do contrato de trabalho, levando a Administração responder solidariamente. Vejamos o que diz a Convenção Coletiva de Trabalho (cópia anexa):

CCT AP 038/2023

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DA HORA INTRAJORNADA

O pagamento da hora intervalar será efetivado de acordo com o que preceitua o art. 71 § 4º da CLT, com reflexos sobre férias, 13º salário, descanso semanal remunerado - DSR, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e adicional noturno.

CLT

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)



9 – No Anexo IV, a planilha analítica de custos para o POSTO NOTURNO ARMADO MOTORIZADO, no Módulo 1 (Remuneração), item E (Adicional de Hora Noturna Reduzida) consta o valor de R\$ 178,91, porém a **CCT determina o valor R\$ 317,57. (tabela anexa)**

PERGUNTA-SE: Haverá a correção do valor em atendimento às normas determinadas pela CCT? Visto que essa diferença altera significativamente o valor estimado pela Administração, assim como, ao utilizar do valor R\$ 178,91, será gerado um passivo trabalhista na futura rescisão do contrato de trabalho, levando a Administração responder solidariamente. Vejamos o que diz a Convenção Coletiva de Trabalho (cópia anexa):

CCT AP 038/2023

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SERVIÇO NOTURNO

Considerando o artigo 73 da CLT, exclusivamente para o trabalho realizado no período noturno, entre as 22h00m de um dia e as 05h00m do dia seguinte, mesmo em jornadas de horário misto, a hora trabalhada nesse intervalo será computada como de 52 (cinquenta dois) minutos e 30 (trinta) segundos e sujeitas ao pagamento do adicional noturno. Para todos os efeitos legais, para cada hora (60 minutos) noturna trabalhada a partir das 22h00m até às 05h00, **será computado como hora noturna reduzida, consequentemente, será devido o pagamento de hora extra ou fração.**

10 - No Anexo IV, a planilha analítica de custos para o POSTO NOTURNO ARMADO MOTORIZADO, no submódulo 4.2 (Substituto na Intrajornada), item A (Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação) consta o valor de R\$ 216,11, porém a **CCT determina o valor R\$ 317,57. (tabela anexa)**

PERGUNTA-SE: Haverá a correção do valor em atendimento às normas determinadas pela CCT? Visto que essa diferença altera significativamente o valor estimado pela Administração, assim como, ao utilizar do valor R\$ 216,11, será gerado um passivo trabalhista na futura rescisão do contrato de trabalho, levando a Administração responder solidariamente. Vejamos o que diz a Convenção Coletiva de Trabalho (cópia anexa):

CCT AP 038/2023

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO DA HORA INTRAJORNADA

O pagamento da hora intervalar será efetivado de acordo com o que preceitua o art. 71 § 4º da CLT, com reflexos sobre férias, 13º salário, descanso semanal remunerado - DSR, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS e adicional noturno.

CLT

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.



§ 4o A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) (Vigência)

Atenciosamente,


ANDERSON SOARES MONTEIRO
Sócio